

# **Jornalismo e cidadania: um confronto na sala de máquinas**

Carly B. de Aguiar

## **RESUMO**

O trabalho reflete sobre a importância da formação do jornalista na expansão e consolidação da cidadania democrática, no Brasil. Considera que a universidade ao assumir tal responsabilidade assume o desafio de lidar com a fronteira entre o final de uma forma tradicional de fazer jornalismo e outra vinculada às novas tecnologias e aos suportes digitais. Neste sentido, formula um argumento em torno de três realidades: a) a dos utensílios, que permite pensar historicamente a questão da técnica; b) a das instituições, que possibilita ver o contexto político no qual tal prática é exercida) e c) a dos valores, que fornece vias que, ao contrário do que se poderia pensar, podem tornar o utensílio concreto, na vida de uma sociedade.

Palavras-chave:

democracia e cidadania - ensino de jornalismo - Jornalismo

## **ABSTRACT**

This paper reflects upon the importance of the professional training of the journalist in the expansion and consolidation of the democratic citizenship, in Brazil. It takes into consideration the fact that when universities accept such responsibility they also accept the challenge of dealing with the transition between the traditional way of carrying out journalistic activities and the new approach to journalism, characterized by current digital technology. Upon such consideration, this paper presents argumentation concerning three realities: a) that of the means, which allow for a historical consideration of technology; b) that of the institutions, which enable the perception of the political context in which such practice takes place; and c) that of values which, unlike one would expect, may offer possibilities of making the means very real in the life of a given society.

Key words:

democracy and citizenship - journalism teaching - Journalism

## **RESUMEN**

El trabajo reflexiona sobre la importancia de la formación del periodista en la expansión y consolidación de la ciudadanía democrática, en Brasil. Estima que la universidad al asumir tal responsabilidad acepta el desafío de hacerse con la frontera entre la culminación de una manera tradicional de hacer periodismo y otra que es propia de las nuevas tecnologías y los apoyos digitales. En este sentido manifiesta una argumentación alrededor de tres realidades: a) la de los utensilios, que permite pensar el asunto de la técnica en su historicidad; b) la de las instituciones, que posibilita percibir el entorno político en el cual semejante práctica se ejerce y c) la de los valores, que, a su vez, proporciona caminos, que a diferencia de lo que uno podría pensar, pueden hacer concreto el utensilio en la vida de una sociedad.

Palabras clave:

democracia y ciudadanía - enseñanza del periodismo - Periodismo

---

**Carly B. de Aguiar** é Doutora em Comunicação pela ECA-USP, com pós-doutorado na *Universitat Autònoma de Barcelona*, e professora da Universidade Estadual de Londrina-UUEL, PR. e-mail: carlyag@sercomtel.com.br

<sup>1</sup>Cf., por exemplo, HOBSBAWM, E. *Era dos extremos - o breve século XX, 1914-1991*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, para citar um nome de uma larga lista possível.

Nenhum elemento de interação entre a esfera pública e as pessoas de um modo geral (isto é, homens, mulheres e crianças privados) superou a mídia em alcance e abrangência social na história da humanidade, como largamente tem sido reconhecido.<sup>1</sup> Referência evidente às múltiplas faces da conexão entre mídia e política, a formulação permanece genérica se não se explicita o confronto entre os dois âmbitos. E é aí que se encontra o paradoxo. Os modernos meios de comunicação de massa tanto podem mobilizar para a participação política quanto desestimular iniciativas de realização de objetivos políticos baseados em decisões coletivas.

No caso brasileiro, o primeiro ponto a ser considerado é o contraste entre a enorme dívida que o país tem com a constituição e expansão da cidadania democrática e a formidável estrutura de poder concentrada no seu sistema de meios de comunicação. Consequentemente, a questão que se coloca a partir daí diz respeito às condições de possibilidade que estes meios apresentam no horizonte da geração e funcionamento de espaços, verdadeiramente públicos, de educação política permanente da população.

A temática mencionada aponta um desafio para os professores e pesquisadores do campo da comunicação, no qual se desdobram, pelo menos, três aspectos: a) no plano mais geral, e em perspectiva histórica, está a necessidade de encarar o peso que a mídia tem representado na conformação do espaço político e da vida pública nacional como um todo; b) no plano da conjuntura atual, a necessidade de identificação de formas institucionais, políticas públicas ou mecanismos que estão na origem, regulamentação ou legitimação de ações práticas na área e c) e no plano das novas tarefas que o mundo acadêmico vem recebendo, a inevitabilidade de pensar a formação adequada de pessoas para o exercício das práticas profissionais que lhe correspondem.<sup>2</sup>

E desse último aspecto que se ocupam as presentes notas, particularizando a formação para o jornalismo que, se atribui a função de controle externo dos poderes, incluídos os do Estado, do lado da sociedade civil. Assim, trata-se de uma formação que inclui a preocupação não apenas com processos de produção,

<sup>2</sup> Veja-se, entre outros, SENNET. R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

articulação, avaliação, apuração, processamento e divulgação de notícias e comentários de fatos e acontecimentos da atualidade, mas, também, com os vínculos fundamentais que tais processos possam ter com o exercício da cidadania e com o funcionamento dos centros de poder.

Particularmente, há que se levar em conta, antes de tudo, a associação que se faz, com frequência, ultimamente, entre o declínio da democracia, no modelo liberal, e certas formas de ação do jornalismo; uma associação que se ampara, sobretudo, no fato de tratar-se de um ofício, cuja alegada justificativa de existência é a veiculação de informação a serviço do interesse público. Além de considerar tal fator há que se ter, como referência, a constante tensão a que é submetida a formação do jornalista no Brasil. Daí o propósito deste trabalho de circunscrever algumas idéias que poderiam sugerir a formulação de hipóteses para pesquisa e debate em torno de perspectivas político-pedagógicas para o ensino universitário do jornalismo.

## I

Quando se associa a decadência da democracia a transformações no jornalismo, coloca-se em questão a cultura hegemônica dessa prática na contemporaneidade. É importante, porém, atentar para a necessidade de se complementar o diagnóstico (útil e importante, mas, insuficiente) que aponta as raízes do problema unicamente nas condições econômicas e políticas macroestruturais em que se exerce o jornalismo, nas chamadas democracias liberais.

Não resta dúvida de que é preciso focar a estreiteza dos espaços nos quais o jornalismo é exercido por conta, por exemplo, dos constrangimentos típicos do funcionamento dos grandes conglomerados da indústria cultural ou pelos controles formais impingidos pelos regimes restritivos ou suprimidores de liberdades. Mas há que atentar para ângulos que, de algum modo, se articulam com essas dimensões, como o da verificação e deciframento das marcas da identificação, cada vez mais profunda, do jornalismo com o status quo; uma identificação que se efetiva através de uma solidariedade instintiva, e semelhante, aos interesses da elite instituída e um igual

<sup>3</sup> Para ficar em um único exemplo: a França, em resposta ao avanço da racionalidade capitalista no campo da mídia nos anos 60, regulamentou a primeira via concreta para assegurar a libertação da informação do capital investido na imprensa. Recorde-se que o fez com a criação das sociedades de redatores que se multiplicaram com a finalidade de garantir a participação direta dos jornalistas na gestão das empresas de imprensa. Cf., por exemplo, GAILLARD, P. *O jornalismo*. Lisboa: Europa América, 1974. p. 9.

<sup>4</sup>Cf., por exemplo, COLOMBO, F. Itália, periodismo, televisão, política. In: *Últimas notícias sobre el periodismo*. Barcelona: Anagrama, 1997. p. 224-229.

<sup>5</sup> Tão forte é esta mentalidade que reflexões, como a do lingüista Noam Chomsky sobre o alinhamento do jornalismo daquele país aos sistemas político e econômico, através da análise dos efeitos de sentido ao longo de seus conteúdos, foram largamente vistas naquele país como referências a fenômenos marginais. Chomsky chegou a dizer que "haveria que decidir-se a educar os leitores para o uso deste ingrediente da vida, as informações, como se faz com os materiais perigosos". Citado por Colombo (1997, p.74).

distanciamento do interesse público.

Ou seja, trata-se de encarar a atitude que está na base da dinâmica operacional do comprometimento desta prática social, não com a informação (que legitimamente prepare os grupos sociais para as tomadas de decisões coletivas), mas, sim, com as engrenagens conjunturais de manutenção dos sistemas político e econômico vigentes. Sem ignorar, portanto, os limites estruturais da profissão, caberia compreender também as distorções que se efetivam no âmbito mesmo do próprio processo de produção e articulação da informação.

O que é significativo na crítica emergente, alinhada com esta perspectiva, é a ênfase com que aponta esse tipo de deterioração em modelos jornalísticos emblemáticos das chamadas democracias liberais, que inspiraram a luta pela liberdade de expressão pelo mundo afora. Podemos mencionar três deles: o modelo francês (tido como um dos mais autônomos do mundo desenvolvido<sup>3</sup>), o italiano (cuja imprensa, no seu conjunto, já foi considerada, uma das mais pluralistas do mundo<sup>4</sup>) e o liberal norte americano (cuja tradição, enraizada na idéia do jornalismo independente, coloca a imprensa como causa e efeito da democracia<sup>5</sup> e tem sido a referência mais estendida).

Os trabalhos de Halimi, Ramonet, Colombo e Fallows são exemplos de percepção de uma profunda crise do jornalismo em relação ao compromisso com a democracia; uma crise instalada, não só nas estruturas de propriedade da mídia, mas, também, nos procedimentos cotidianos de uma elite de profissionais que se aliou aos poderes instituídos.

Particularmente, os ensaios de Halimi e Fallows - focalizando o próprio *establishment* e os núcleos, que dão o tom do jornalismo na televisão ou do entrelaçamento entre esta e os outros meios - tornam nítido que se trata de algo mais amplo do que uma eventual desorientação em alguns vértices do espaço interno da mídia.<sup>6</sup>

Outras abordagens, como as do sociólogo Pierre Bordieu (1997) e do cientista político Robert Entman (1989), para ficar nos universos francês e norte-americano, ajudam a radiografar a raiz de um amplo descontentamento em face do lugar privilegiado que aquelas sociedades,

<sup>6</sup> Como reconhece Fallows (1997), as estrelas do jornalismo americano atual podem não ser o pessoal típico, mas são representativos porque estabelecem um padrão que os outros invejam e esperam alcançar e porque dominam a face que o jornalismo mostra à nação.

<sup>7</sup> Veja-se RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. Tradução de ORTH, Lúcia M. E. Petrópolis, Vozes, 1999.  
REVISTA de Ciência e Tecnologia. *I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação*, ano 1, n. 2. CD ROM, 1998.  
FALLOWS, J. *Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana*. Trad. Fausto Wolf. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.  
HALIMI, S. *Os novos cães de guarda*. Trad. G. J. de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.  
ENTMAN, R. M. *Democracy without citizens*. New York: Oxford University Press, 1989.

independentemente das diferenças entre si, atribuem aos meios de comunicação, no processo de consolidação e universalização da democracia. Ao focalizar o objeto de uma insatisfação difusa da sociedade, já manifesta na constatação da crescente perda de credibilidade do jornalismo, esses autores abrem novas linhas de reflexão sobre o universo das "relações de poder e a mídia".<sup>7</sup>

Tais estudiosos concordam, no essencial, a respeito do constante e cadenciado distanciamento entre a mídia e a democracia. Reconhecem o peso dos fatores estruturais de natureza macroeconômicos no engendramento da crise atual do jornalismo e as condições que o novo capitalismo impõe ao trabalho na produção cultural, (principalmente Bordieu). E coincidem, ao enfatizar (aí, principalmente, Entman) as distorções que se encontram no próprio processo de articulação da informação, a partir das relações entre os dois sistemas, o político e o de meios de comunicação.

São abordagens que tornam evidentemente manifesto que as relações de poder não tem lugar fixo, no processo de comunicação. Ou seja, que os lugares em que sua presença pode se tornar mais marcante e dominante variam no interior do processo.

Entman detecta um círculo vicioso de interdependência no entrelaçamento entre o processo político e o jornalismo, nos EUA. Ele considera que aí está a chave de um dilema entre repórteres e editores que tem encorajado, tanto a decadência da cidadania democrática, quanto a perda dos ideais do jornalismo. Ele argumenta que o sistema degenerado em que as campanhas eleitorais se situam, virtualmente compele políticos à prática da demagogia.

Por sua vez, o político, jornalista e professor de jornalismo, Furio Colombo (1997), já reconhecia em obra publicada em 1995, que a mídia, em seu país, contribui para que o processo político se perpetue como uma interminável campanha eleitoral.

Fica claro, portanto, que o padrão de relações pode variar em alguns aspectos, mas, se repete, no fundamental, em países cujos sistemas políticos e de meios de comunicação são diferentes. E que Fallows e Halimi não estão sozinhos; o primeiro quando afirma que a mídia corrói a democracia e o segundo quando aponta os jornalistas como guardiões da ordem

<sup>8</sup> Bordieu (1997) refere-se à televisão como um aparato teórico-prático de produção e difusão da informação que exerce domínio sobre os demais meios. Ele chega a admitir o risco de que toda a televisão, que poderia ser um instrumento poderoso de democracia direta, [...] se transforme em um instrumento de opressão simbólica. BOURDIEU, P. *Sobre la televisión*. Barcelona: Anagrama, 1997.

<sup>9</sup> Cf., por exemplo, CAPELATO, M. H. R. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1988.

<sup>10</sup> É o caso da Espanha, por ex., cuja imprensa foi considerada um "Parlamento de Papel", porque, virtualmente, substituiu as cortes espanholas (doceis ao franquismo) na transição à democracia.

<sup>11</sup> Um apontamento: o crítico literário canadense, falecido em 1991, Northop Frey, aliás, foi um bom conhecedor do que poderiam vir a ser as transformações na área das formas modernas de comunicação e expressão públicas. Ele presidiu, por uma década, a Comissão de Rádio, Televisão e Telecomunicações, no seu país, nos anos 1968-78 (Cayley, 1997, p.111), um importante embrião da luta por autonomia cultural do Canadá. CAYLEY, D. *Conversación com Northop Frye*. Barcelona: Península, 1997.

e baluartes do jornalismo de reverência ao poder instituído. Eles ainda estão de acordo com Bordieu para quem o aparato teórico-prático da produção e difusão de informações, na televisão, especialmente, mas, também, em outros meios, põe em sério perigo, não só as diferentes esferas da produção cultural, mas, também, a própria vida política e a democracia<sup>8</sup>.

## II

E no Brasil, de que modo são percebidas as relações entre jornalismo e democracia? Não se pode falar da existência de uma discussão pública desse tema, no grau em que se efetiva em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, mas de uma tradição crítica, na qual a historiografia, a ciência política e os estudos da comunicação tem mostrado que a grande imprensa tem sido sempre porta-voz dos interesses das elites.<sup>9</sup> No passado recente, por exemplo, jornais e revistas, com exceções pontuais, não se envolveram significativamente na superação do regime militar, nem na redemocratização, ao contrário do que ocorreu em outros países que recuperaram a democracia na mesma época.<sup>10</sup> E atualmente, na medida em que não se pautam, majoritariamente, pelo compromisso com a veiculação da informação a serviço do interesse público como justificativa da atividade jornalística, os meios de comunicação seguem cultivando uma relação ambígua com a democracia.

Desse modo, quer se focalize o jornalismo nas democracias liberais consolidadas, ou a experiência brasileira, na periferia do sistema capitalista, apresentam-se os limites atuais dessa prática em face seja da constituição, expansão ou consolidação da cidadania democrática.

Em face do quadro mencionado a questão que se coloca é o que a universidade, entendida como verdadeira "casa de máquinas da sociedade" (para aproveitar a metáfora expressa por Frey<sup>11</sup>), efetivamente assume quando se dispõe a preparar o jornalista? Antes de tudo, trata-se de uma tarefa de natureza incontornavelmente política, no sentido forte do termo; uma tarefa que, situando-se no campo das políticas sociais, vincula-se estreitamente ao avanço da própria democracia, que compreende, na sua especificidade, um empenho pela expansão do poder comunicativo

da sociedade. Isto porque, numa democracia, o poder da mídia é um poder domesticado, sob vigilância da sociedade, com seu rol de conseqüências.

Trata-se, em suma, para utilizar mais uma metáfora, desta vez oferecida pelo escritor José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura em 2000, da necessidade de reinventar, não o jornalismo, mas, sim, o jornalista.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Saramago, ele mesmo um ex-jornalista, fez tal provocação, na aula inaugural que proferiu no curso de jornalismo ministrado pelo diário *El País* em parceria com a Universidade Autônoma de Madrid. diante de toda a cúpula do maior grupo multimídia espanhol. *El PAIS*. Saramago apela al periodismo de reflexión para instalar la duda en la sociedad, p.12,9/2/2001.

As expressões de Frye e Saramago apontam para a natureza do trabalho intelectual a ser enfrentado, que implica na compreensão do peso do passado e dos desafios do presente. Para o caso brasileiro significa, concretamente: 1) Lidar com o legado da formação histórica da sociedade e da organização do Estado nacional nos desdobramentos que perduram a exclusão social e 2) Lidar com uma atualidade marcada pela transição entre o final de uma forma tradicional de fazer jornalismo e outra vinculada às novas tecnologias e aos suportes digitais. E no momento mesmo em que a própria sociedade vive a transição político, econômica e cultural que esta na base da emergência dessa fronteira.

Ao comprometer-se a formar profissionalmente a juventude e quadros para a atuação direta e investigação da mídia, a Universidade também põe a prova a sua própria identidade de agente fundamental de civilização, no sentido abrangente de que se falará a seguir.

Estas questões são fundamentais para a universidade brasileira hoje, devido, principalmente, à função que o chamado capitalismo flexível outorga às economias subordinadas que, sem dúvida, enterra muito do projeto civilizatório. E é inegável que isto já vem acontecendo, como pode ser percebido na forma pela qual o país reorientou sua inserção internacional, reservando à educação um papel que não atende sua imensa dívida social com os excluídos da economia e da política.

Para o ensino do jornalismo, particularmente, a preocupa se amplia porque a formação do profissional, nesta área, está novamente em questão, não só pelos ajustes na política educacional, que em grande parte decorrem do projeto sócio-liberal adotado, mas pelo próprio desafio que a realidade econômica política e cultural impõe ao funcionamento da

mídia.

Mais do que em outros tempos, o que tal realidade requer - e que vai além do prescrito na política educacional vigente - de uma reforma do ensino do jornalismo não é uma mera troca de disciplinas, ou introdução de uma ou outra tecnologia, mas um movimento cultural, no sentido que Walter Benjamin, (1998, p. 47) dá a essa expressão.<sup>13</sup>

Ou seja, "além de partir de questões científicas, nas quais o trabalho universitário é sempre um imperativo, trata-se de formular um programa ético para a época. Isto, não no sentido de que todo o mundo há de defender dito programa, mas, no de constituir-se uma pretensão de que todo o mundo possa tomar parte nele" (p. 35). Um programa, diga-se de passagem, atento à dependência tecnológica e estrutural do Brasil com relação às economias hegemônicas e aos riscos decorrentes da condição de crise em que o país se encontra.

A tarefa equivaleria à articulação de uma cultura, representada pela capacitação conceitual na problemática jornalística e social desse tempo; uma cultura técnica, política e eticamente identificada com um projeto de construção e ampliação da cidadania democrática. Isto é, uma cultura que seja, antes de tudo, objeto e instrumento de formação de personalidades e de níveis de consciência política, moral e estética, identificados com a utopia do Brasil desenvolvido, igualitário e republicano.

Posto deste modo, haveria que distinguir entre ações voltadas para o imediato e para o duradouro. Estas últimas estão muito mais próximas da idéia de "movimento", do que da de "campanha", para utilizar a diferenciação esboçada por Rorty (1998), em um contexto diferente, mas que é útil ser evocada aqui. Campanhas são de ação limitada, que acabam com um êxito ou um fracasso. Os movimentos, pelo contrário, não têm êxito nem fracasso. Participariam do que Kirkegaard teria denominado de "paixão do infinito".<sup>14</sup>

Um movimento pode envolver campanhas concretas para conseguir objetivos também pontuais, que são parte de algo mais amplo. Por exemplo, campanhas podem ser dirigidas sem prestar muita atenção à literatura, à arte, à filosofia, à história, enquanto os movimentos exigem a contribuição de todas as parcelas da

<sup>13</sup> BENJAMIM, W. La Reforma Escolar: um movimento cultural. In: *La metafísica de la juventud*. Barcelona: Al-taya, 1998. p. 48-50. [1912]

<sup>14</sup> Rorty joga bem para o alto a idéia de movimento (porque está pretendendo defender as campanhas), localizando-o em processos que chamaríamos de processos de longa duração. Os exemplos que considera bons, de movimento, dão uma idéia de sua perspectiva: são o cristianismo, o nihilismo e o marxismo. RORTY, R. "Movimientos y campañas", *Revista de Occidente*, enero, n. 200, p. 73-88, 1998.



cultura.

O que poderia ser um movimento de reforma do ensino, útil para a tarefa de reinvenção do jornalismo, em face do enorme déficit de participação ativa e consciente da população nos bens materiais e simbólicos da sociedade moderna no Brasil? E, acrescentasse: em face da urgente necessidade de reorientação do modelo em vigor, que calçou o aumento da oferta de educação superior na expansão desordenada do ensino privado, e que já revela sinais de deterioração.

<sup>12</sup> Evocada mais de-  
tadamente noutro tra-  
balho AGUIAR, C. B.  
de. A Formação do  
Jornalista e o Diálogo  
entre Mídia e Educa-  
ção, VIII SIPEC, Re-  
gião Sudeste-INTER-  
COM, 2001 CD-ROM.  
Outra bibliografia refe-  
rida: RICOEUR, P. Ta-  
refas do educador po-  
lítico, *Leituras 1*, São  
Paulo: Loyola, 1995.  
p.145-160.

COHN, G. O lugar do  
poder na comunicação  
no Brasil, *Cadernos de  
Comunicação e Realidade  
Brasileira*, UFPB, p. 79-  
85, 1982.

Numa formulação inspiradora<sup>12</sup>, Ricoeur (1995) ajuda a esboçar uma idéia do que possa ser esta tarefa. Trata-se de uma tarefa típica do que pode ser chamado, em sentido amplo, civilização. Enquanto tal, envolve três níveis de realidade, em torno dos quais podemos circunscrever a prática do jornalismo: a) a dos utensílios, que permite pensar historicamente a questão da técnica e da tecnologia; b) a das instituições (que possibilita ver o fundo político em torno do qual tal prática é exercida) e c) a dos valores (que fornece vias, que ao contrário do que se poderia pensar, podem tornar o utensílio concreto e desenhar instituições na vida de uma sociedade.

### III

Utensílio é um aspecto muito vasto da civilização, "que vai além do plano dos instrumentos, das máquinas e mesmo da técnica". É tudo o que pode ser considerado como acumulação de algo adquirido. É claro que é como instrumento e com a máquina que se compreende melhor o que significa um utensílio. A conservação é o primeiro fenômeno a ser considerado. Pela conservação o instrumento sobrevive ao seu uso ocasional; a inovação pode se aplicar ao instrumento conservado.

Um caráter histórico particular liga-se, assim, à acumulação dos instrumentos. Esse caráter consiste em que toda a invenção, surgida num ponto da história ou num lugar do espaço, é adquirida para todos os homens, com um atraso temporal maior ou menor, sem dúvida, mas segundo uma destinação universal irrecusável. A produção e a acumulação dos instrumentos não comportam qualquer caráter nacional ou ligado a uma cultura particular; elas caracterizam uma aquisição universal em

benefício da comunidade dos homens.

Utensílios são meios e mediações que permitem a uma coletividade humana criar novos bens já que, "o saber, as ciências, na medida em que não são considerados apenas como invenções atuais, mas como uma aquisição coletiva, podem ser considerados como um utensílio cristalizado em bens disponíveis."

Aqui é necessária uma compreensão da efetiva importância das mudanças tecnológicas à vista da História, particularizando-a no terreno enfocado por estas notas, já que a questão da tecnologia sempre foi um complicador nas escolas de comunicação, no Brasil, por diversas e conhecidas razões. Cabe aqui lembrar apenas que, em alguns momentos, na curta existência desses cursos, foi preciso que vezes se levantassem para dizer que a tecnologia faz parte do núcleo fundamental da formação do jornalista.<sup>13</sup>

Por outro lado, seria um erro minimizar a importância do perigo existente no pensamento de que o esforço de apropriação da tecnologia como objeto e como meio de formação é suficiente e determinante. Principalmente, pelo risco da desatenção quanto à maximização da importância de certos utensílios típicos da chamada sociedade da informação.

Como Ricoeur chama a atenção, uma leitura da experiência humana, no nível do utensílio, "permanece abstrata no sentido em que a civilização definida pelo conjunto dos meios disponíveis, num dado momento histórico, não existe em parte alguma", poderíamos dizer, a nu ou em estado bruto. Cada geração se apropria da sua realidade técnica e econômica por meio das instituições, que são os múltiplos sistemas reguladores da experiência histórica. No caso do jornalismo não é diferente. E a formação profissional envolve a compreensão deste aspecto. Por isso, é preciso examinar, rapidamente também, a realidade das instituições.

Cabe considerar as instituições do ângulo da dinâmica social, ou seja no sentido em que não são mais representadas pelas formas normativas, mas, pelo político, isto é, pelo exercício da decisão e da força no âmbito da comunidade.<sup>14</sup>

A primeira e, é claro, mais evidente questão a ser considerada, nesse nível, é que

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, MELO, J.M. de. A questão tecnológica nas escolas de comunicação social na América Latina, *Comunicações e Artes*, n. 19, 1988, p. 27-35.

<sup>14</sup> Prossigo com Ricoeur, op. cit., p. 148 ss.

as relações de poder permeiam o processo de comunicação, na medida em que os meios de comunicação difundem, reiteram e reforçam formas de conduta e valores socialmente aprovados no ambiente em que operam. Nessas condições funcionam como agência de dominação, em qualquer sociedade (Cohn, 1982, p.79).

É preciso partir de uma constatação tão ampla como esta para a experiência concreta. E localizar historicamente para cada sociedade, "um lugar no processo de comunicação em que a presença das relações de poder é mais marcante, dominante em relação aos demais", como apontou Cohn. Pode estar: nos conteúdos difundidos ou na forma como são assimilados pelos seus consumidores; no modo como é produzida e difundida a informação (como mostra a crítica comentada inicialmente); ou na relação entre os meios de comunicação e o Estado Nacional" (idem).

É interessante delimitar este ângulo porque torna evidente o que há de irredutível no político com relação ao econômico e à técnica. De modo diferente desta, o político não conta com a garantia da acumulação, lembra Ricoeur. A política não é nunca uma experiência previamente adquirida, como um progresso constante. Tanto o retrocesso quanto o progresso são possíveis, como mostra a crônica dos avanços e das tragédias políticas pelo mundo afora.

Finalmente, se há progresso na ordem dos utensílios, no sentido amplo deste termo (em que se "incluem as técnicas, a aquisição intelectual e espiritual"), o que os homens "fazem dele por meio das instituições permanece incerto". Por isso, é preciso encarar com muito cuidado a questão dos valores.

Não se tome a palavra valor num sentido abstrato, a exemplo do próprio Ricoeur. Mas, fale-se das valorizações concretas, tal como podem ser apreendidas nas atitudes, das pessoas no trabalho jornalístico relativamente à propriedade, ao poder, à experiência temporal etc. Por isso, atente-se para um aspecto essencial na formação do jornalista: a construção e consolidação de uma identidade profissional, que seja técnica, institucional e eticamente comprometida com seu tempo social.

O que se pode chamar de identidade profissional é a substância mesma da vida

dese grupo de trabalhadores e se exprime nos costumes práticos, sob os quais se encontram tradições, memória. Sobre este ponto, por exemplo, o estudioso britânico do jornalismo, Anthony Smith (1993), lembrou, que essa prática sempre esteve associada, desde suas primeiras origens no século XVII, até o diário barato deste século, na Grã Bretanha, com formas e expressões de cidadania, as identidades sociais de seus destinatários.

Que identidades do jornalismo e do jornalista se delineiam quando a questão é a formação profissional no Brasil de hoje? Não se trata de falar de identidade profissional como abstrações solenes de caráter normativo. Há que falar da substância mesma do labor profissional, nas condições concretas em que o jornalista vai exercê-la, confirmando-as, ou subvertendo-as, de algum modo...

Valeria a pena voltar a Ricoeur, seguindo-o sobre o caráter dessa noção de valor. E retomar a análise dos utensílios para ver o quanto o utensílio pode ser abstrato e o valor, concreto, contrariamente ao que se costuma pensar de antemão. Ainda assim, um utensílio disponível pode permanecer uma abstração, independentemente do valor que se lhe dê e que se insere numa história concreta. Um utensílio só é útil, só é operante, se apreciado e positivamente valorizado, em espaços institucionais.

Que questionamentos esse raciocínio traz para o campo da comunicação. Como tem sido largamente apontado, a noção de comunicação cobre uma ampla variedade de sentidos, que se multiplicaram com a proliferação de tecnologias, procedimentos e profissionalização das práticas exercidas no terreno das chamadas mídias. Com isso, o questionamento da legitimidade científica desse campo não só persiste, apesar dos esforços de pesquisadores para adotar esquemas e modelos de cientificidade pertencentes a outras áreas das ciências sociais, como foi ampliado.<sup>15</sup> Conseqüentemente, a dificuldade posta pela formação do jornalista, pensada como uma profissão universitária, do campo da comunicação também agravou-se.

No conjunto de tais temáticas sobressai-se, em qualquer consideração sobre os processos que as integram, as implicações da escalada tecnológica, mais ampla, no campo da informação, que a transformou numa peça chave,

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, MATTELART, A. e MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999. SMITH, A. Reino Unido: *periodismo torcido y retorcido en la prensa británica de los años 90, Informe Anual Fundesco*, Madrid: APE - la Unión Europea, 1993.

nos últimos anos, no ajuste conservador do padrão de hegemonia mundial vigente. É inegável que, na trajetória empreendida, a chamada crise das utopias contribuiu para a diluição das questões sobre a relação entre intelectuais e a sociedade. E enquanto isso, todos os que trabalham com a mídia, como sintetizou Mattelart (1999), encontram-se, hoje, afetados pelo positivismo administrativo, representado por um novo utilitarismo estimulador da pesquisa de ferramentas epistemológicas que permitam a neutralização das tensões via soluções técnicas.

Se os saberes sobre o campo da comunicação também não escampam a esta tendência, os discursos especializados, trazidos pela crescente profissionalização das atividades da comunicação, assumem cada vez mais a função explícita de legitimar estratégias e modelos de organização empresariais e institucionais.

Disso resulta, como vem apontando Mattelart (1997-1999), que a área, como um todo, experimenta uma crescente dificuldade para se libertar de uma imagem instrumental, conquistando uma verdadeira legitimidade como objeto de pesquisa integral e ser tratada como tal, com o distanciamento indissociável de um procedimento crítico.

Para concluir, algumas sínteses em forma de diagnósticos e linhas de ação com respeito às condições de possibilidade de pensar a formação do jornalista no contexto da necessidade do efetivo exercício da cidadania plena como meio e fim do aperfeiçoamento da democracia brasileira, podem ser feitas.

1. Antes de tudo, há que enfatizar que todo e qualquer projeto voltado para demandas com vistas à cidadania ativa, no Brasil, como princípio democrático institucionalmente ancorado, esbarra no tipo de controle do campo do domínio simbólico, no País. Para dizê-lo em poucas palavras, há que considerar que o modelo de mídia predominante resulta da integração de oligarquias do passado (tendo seus métodos de controle social eventualmente atualizados) com o totalitarismo econômico do presente, aliado aos novos papéis subordinados que a inserção da economia brasileira no plano internacional traz para a política nacional de comunicação.

2. Do lado das políticas educacionais

governamentais que incidem sobre a formação profissional universitária cabe lembrar que o quadro se completa com a percepção de que a mesma mística que respalda as novas tendências planetárias do capitalismo, guardadas as devidas proporções, permitiu a explosão do ensino superior privado, no país, no início da metade dos anos noventa. E daí a contrapartida do encolhimento da responsabilidade pública no fornecimento e ampliação do contingente de beneficiados de um ensino de qualidade.

3. Nesse panorama, a formação do jornalista, para que atue na direção da construção e consolidação da cidadania democrática no Brasil, é impensável fora de um plano coerente e duradouro, que englobe o abandono de estratégias imediatistas, mas seja capaz de adequar-se a oscilações conjunturais; um plano que seja, sobretudo, capaz de engendrar soluções originais em educação, reorientar iniciativas (como a do setor privado, por exemplo) e empreender uma ação competente e hábil o suficiente para manter sob controle a própria burocracia estatal, através de instâncias como o Conselho Nacional de Educação.

4. Destaca-se nessa tarefa a importância de que os estudos de pós-graduação em comunicação venham a constituir-se em um interlocutor efetivo na avaliação e reorientação do ensino de graduação, tornando deste modo mais conseqüente os efeitos da evolução que a pesquisa está experimentando nos cursos de mestrado e doutorado na área.

5. O diálogo entre a graduação e a pós-graduação significa, na realidade brasileira, a perspectiva da criação das condições para um ensino de jornalismo correspondente a uma efetiva "educação em meios", que contemple a construção de uma identidade profissional em projetos canalizadores de energias criativas geradoras de produtos culturais identificadas com as necessidades sociais em geral.

Exemplos de necessidades específicas podem ser apontados, como as que se expressam no esgotamento dos modelos jornalísticos reproduzidos pela revista semanal de informações de grande tiragem, pela cobertura de assuntos de arte e cultura, no jornalismo diário e semanal, e pelas fórmulas adotadas pelos telejornais das grandes redes e,

assim por diante. Balize-se isso com o distanciamento entre o sentido da realidade construída pela mídia e o cotidiano de vastas regiões do Brasil, outro desafio monumental.

Se não for exagero dizer que a mídia desconhece o país (embora explore, e até exaustivamente, certos cenários de uma ou outra região pela ótica do folclore), também não o seria afirmar que em contrapartida a mídia desconhece os estudos críticos em comunicação que se processam na Universidade, dada a pouca repercussão que seu trabalho tem para além da instituição.

Para que o ensino se revele como espaço de referência do jornalismo local e regional, em grande parte, dominado pelo caciquismo mais retrógrado, até mesmo sem as tintas da modernidade dos coronéis urbanos da área, e aponte caminhos para novos produtos jornalísticos, muito se pode esperar de uma proximidade mais imediata entre o ensino de graduação e o de pós-graduação, que realmente o processo, fechando o círculo da reflexão que coloca em diálogo o pensamento sobre a produção, reprodução e recepção da informação e dos demais produtos simbólicos da mídia, por parte da população.

Tais perspectivas, aqui inevitavelmente simplificadas, apontam para a idéia de que o espaço da formação do jornalista também pode ser surpreendido, como em outros momentos da história, outros espaços culturais brasileiros o foram, por ações político-educacionais inéditas. Ações essas - poder-se-ia completar com uma afirmativa do professor Milton Santos, em uma de suas últimas entrevistas, a propósito da validade da crítica intelectual aos ditames da chamada mundialização econômica - "calçadas em idéias aparentemente irrealizáveis, adotadas por frações insurgentes da sociedade, criadoras de novos atores significativos".